CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 166.538 - SP (2019/0174910-1)

RELATOR	**:**	**MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**
SUSCITANTE	:	API SPE15 - PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO DE EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL E OUTRO(S)
ADVOGADOS	:	EDUARDO LUIZ BROCK - SP091311 YUN KI LEE - SP131693 FABIO RIVELLI - SP297608
SUSCITADO	:	JUÍZO DE DIREITO DA 1A VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS DO FORO CENTRAL DE SÃO PAULO - SP
SUSCITADO	:	JUÍZO FEDERAL DA 8A VARA DO JUIZADO ESPECIAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE AMAZONAS
INTERES.	:	CONDOMINIO RESIDENCIAL VISTA DO SOL
ADVOGADOS	:	JOSÉ MARIO DE CARVALHO NETO - AM004861 JULIANA BRENA DOS SANTOS FONSÊCA - AM009331
INTERES.	:	EDUARDO NASCIMENTO DOS SANTOS E OUTRO
ADVOGADOS	:	GLÍCIA PEREIRA BRAGA E OUTRO(S) - AM002269 ONILDA ABREU DA SILVA - AM002288

DECISÃO

Vistos etc.

Trata-se de conflito positivo de competência suscitado por API SPE15 - PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO DE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA, em recuperação judicial, em face do JUÍZO DE DIREITO DA 1A VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS DO FORO CENTRAL CÍVEL DE SÃO PAULO - SP, no qual tramita os autos da recuperação, e do JUÍZO DE DIREITO DA 8A VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE MANAUS - AM, no qual tramita o cumprimento de sentença nº 0602182-49.2015.8.04.0016 movido por CONDOMINIO RESIDENCIAL VISTA DO SOL.

Afirma a suscitante que, embora estivesse em trâmite perante o Juízo Paulistano sua recuperação judicial, o Juízo de Direito da 8ª Vara do Juizado Especial Cível de Manaus - AM determinou o prosseguimento da execução referida. Ressalta, ainda, que as questões tendentes a afetar o seu patrimônio devem ser analisadas pelo Juízo Universal da recuperação.

Requer, assim, a concessão de medida liminar para determinar o sobrestamento da execução indicada, bem como para designar, em caráter provisório, o Juízo de Direito da 1ª Vara Cível de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP, em que é processada a recuperação judicial, para decidir acerca das medidas urgentes.

Pleiteia, ao final, que seja declarada a competência do juízo da recuperação judicial para decidir acerca de eventuais atos executórios contra as recuperandas.

É o relatório.

Passo a decidir o pedido liminar.

Deferida a recuperação judicial (1016422-34.2017.8.26.0100), compete ao Juízo em que se processa a recuperação judicial decidir acerca da execução dos créditos contra a recuperanda, ou seja, sobre os atos de disposição de seus ativos para o pagamento dos seus credores.

Assim, havendo o Juízo de Direito da 8ª Vara do Juizado Especial Cível de Manaus - AM prosseguido com a execução movida por CONDOMINIO RESIDENCIAL VISTA DO SOL, faz-se necessária a suspensão da referida demanda.

Ante o exposto, defiro o pedido liminar para determinar a suspensão de quaisquer atos constritivos eventualmente realizados exclusivamente contra API SPE15 - PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO DE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA, em recuperação judicial, bem como que o JUÍZO DE DIREITO DA 8A VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE MANAUS - AM se abstenha de praticar novos atos constritivos no cumprimento de sentença nº 0602182-49.2015.8.04.0016 em relação à suscitante, vedando, ainda, a movimentação e liberação de eventuais valores já constritos até que seja julgado por esta Corte o presente conflito de competência.

Designo, outrossim, o JUÍZO DE DIREITO DA 1A VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS DO FORO CENTRAL DE SÃO

PAULO - SP para, em caráter provisório, solucionar eventuais medidas urgentes que se fizerem necessárias, em especial aquelas relativas à prática de atos executórios contra a empresa ora suscitante.

Comuniquem-se, com urgência, as autoridades judiciárias em conflito, oficiando para que prestem informações no prazo de 10 (dez) dias (CPC/2015, art. 954).

Intime-se a Administradora Judicial, PRICEWATERHOUSECOOPERS Assessoria Empresarial Ltda., CNPJ nº 10.466.603/0001-37, representada pelo Dr. José Mauro Braga, com endereço na Avenida Francisco Matarazzo nº 1400, Torre Torino, CEP: 05001-903, São Paulo/SP, para que, no prazo de 10 (dez) dias, preste esclarecimentos sobre o andamento da recuperação judicial, bem como sobre os créditos de CONDOMINIO RESIDENCIAL VISTA DO SOL em discussão no cumprimento de sentença nº 0602182-49.2015.8.04.0016 em trâmite na 8ª Vara do Juizado Especial Cível de Manaus - AM.

Retifique-se a autuação para que conste expressamente o JUÍZO DE DIREITO DA 8A VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE MANAUS - AM como suscitado.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal (RISTJ, arts. 64, V e XIII, e 198).

Intimem-se.

Brasília (DF), 14 de junho de 2019.

MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Relator